

**ARTE COMO POSSIBILIDADE DE SUBJETIVAÇÃO ÀS PESSOAS QUE
VIVEM COM HIV: SUBVERSÃO E RESISTÊNCIA NA PRODUÇÃO DE
MARIA SIL**

**ART AS POSSIBILITY OF SUBJECTIVATION TO PEOPLE LIVING WITH
HIV: SUBVERSION AND RESISTANCE IN MARIA SIL'S PRODUCTION**

Arthur Vinicius Anoroza Nunes¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Camila de Almeida Lara²

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Esse texto se propõe a analisar e reconhecer que, contra necropolíticas que se estabelecem na contemporaneidade, principalmente aquelas que atingem os sujeitos que vivem com hiv no Brasil, há soropositivos que continuam buscando reconhecimento social e outras maneiras de resistir, como Maria Sil, artista e ativista na causa hiv/aids. Nesse escopo, perscrutamos algumas das produções de Sil que tomam o seu próprio corpo como espaço político, de luta e resistência, reivindicando o direito de voz e a necessidade de transformar a experiência de viver com hiv, na tentativa de entender os discursos que insistem em tomar a aids, o hiv e seu portador, como acontecimentos que se referem a sujeitos abjetos e excluídos, a vidas que não merecem ser salvas, assim como suas possibilidades de resistência. A análise discursiva percorre inicialmente os enunciados que tratam da aids e do hiv como dispositivos biopolíticos e daqueles que tratam do corpo enquanto espaço de resistência e possibilidade de agenciamento, segundo a concepção de um corpo sem órgãos.

Palavras-chave: Discurso; hiv/aids; arte.

Abstract: This text aims to analyze and recognize that there are people living with hiv that keep looking for social recognition and other possibilities to resist, in spite of the necropolitics that affect Brazilian people living with hiv. Maria Sil, artist and hiv activist, is an example of this resistance. We selected some of her artistic production that has a focus on the body as political, as a strategy to fight and resist, claiming the right to speak and the necessity to transform the experience of living with hiv, as a way to understand the discourses that still talk about aids, the hiv and the person that live with the virus as an object body, excluded, a life that doesn't deserve to be saved, and the possibilities of resistance as well. The discursive analysis show the enunciations that think aids and hiv as a biopolitical apparatus and the body as resistance and possibility of agency, according to a conception of a body without organs.

¹ Doutorando e Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. Possui graduação em Letras – Português e Inglês pela Universidade de Taubaté e especialização em Ensino de Língua Inglesa e Uso de Novas Tecnologias pela Universidade Gama Filho. E-mail: arthur_anunes@hotmail.com.

² Doutoranda e Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. Possui graduação em Letras – Português e Inglês pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões e especialização em Teorias Linguísticas Contemporâneas pela Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: camilaalara04@gmail.com.

Keywords: Discourse; hiv/aids; art.

Submetido em 29 de novembro de 2020.

Aprovado em 8 de fevereiro de 2021.

Introdução

Não me perguntaram se eu queria ir
Só me apontaram a direção
Do segredo
Da vergonha
E do medo de ser assim
Positivo.
(SIL, 2017)

Meu nome é Maria Sil, sou artista, cantora [...]. Em 2016, final de 2016, começo de 2017, eu gravei minha primeira música, meu primeiro single e eu acho que pra eu pensar assim, um balanço desses três anos, eu tenho que falar de *Olhos amarelos*, que é uma música onde eu falo sobre viver com hiv/aids. Foi através dessa música também que eu assumi minha sorologia. (SIL, 2019a)

Os discursos que abrem esse texto referem-se a um corpo específico, o corpo de Maria Sil. Embora seja único, o corpo da cantora teria algo em comum com outros tantos corpos marcados por uma espécie de verdade biotecnológica (BIEHL; COUTINHO; OUTEIRO, 2000): Maria Sil vive com hiv³.

Weeks (2000) afirma que numa época na qual assistíamos, como nunca, a celebração de corpos saudáveis perfeitamente harmoniosos, a síndrome da imunodeficiência humana – estreitamente relacionada com as relações sexuais – emergiu e devastou o corpo, apresentando a doença como um efeito necessário do excesso sexual, como se os limites do corpo estivessem sendo reprovados no teste da perversidade sexual. Assim, uma imagem prevalece no dispositivo da memória (PECHEUX, 1999): “[...] os olhos afundados, os corpos macilentos, a coragem e aparentemente resistência das pessoas com aids” (WEEKS, 2000, p. 24). No entanto, após quarenta anos da descoberta do vírus, sob a égide dos deslocamentos, uma viragem importante marca não apenas as narrativas da doença, mas também o corpo daqueles que vivem com hiv: o conjunto de medicamentos capazes de conter a evolução do hiv no corpo dos sujeitos, os ARVs

³ Pelas palavras hiv e aids em letras minúsculas, justificamos seus usos parafraseando Hebert Daniel, que dizia usar a palavra aids em minúsculas para chamar atenção para mais do que aquilo que indicava a sigla AIDS (DANIEL, 1990, p. 31).

exigiram uma nova descrição da doença e dos corpos daqueles que vivem com hiv, segundo o discurso da “cronicidade”.

Voltemos aos enunciados, que adiante serão discutidos com mais vagar. O primeiro excerto trata de uma das produções de Maria Sil: a música *Olhos amarelos* foi lançada em 2017 e seguida por outras canções que retratam a experiência de vida com hiv de Maria Sil intimamente ligada ao corpo, não apenas aos olhos amarelos, mas à carne, à língua e ao próprio vírus, que dão nome a outra de suas produções. Nessas manifestações artísticas, o corpo, a sexualidade e a verdade biotecnológica que perpassariam a construção da subjetividade de Maria – uma mulher trans, que vive com hiv e que luta pela liberdade de corpos como o dela, os corpos abjetos daqueles que são interpelados de formas violentas, mas ainda resistem – são colocados em discurso. O último excerto que ilumina esta introdução trata dessa forma de resistência, uma espécie de resistência que produz um corpo artístico e permite que Maria Sil, a partir da escrita de si, faça um movimento de autoconstituição de sua subjetividade (RAGO, 2013) a partir das músicas em que tematiza sua experiência.

De imediato, reconhecemos que tanto as canções de Maria Sil como as entrevistas que compõem este estudo e os discursos sobre o vírus e sobre a aids estão delimitados pelas condições específicas de sua produção em uma constante agonística. É dessas problematizações que trata este texto, ancorado em uma perspectiva foucaultiana de análise do discurso.

Nesse ínterim, será a partir desse corpo que se performativa estrategicamente como espaço político, de luta e resistência, reivindicando o direito de voz e a necessidade de transformar a experiência de viver com hiv, que procuramos entender por que ainda há discursos que insistem em tratar a aids e o hiv – mesmo após o desenvolvimento dos ARVs e a possibilidade de uma vida ligada à cronicidade – de modo a produzir os corpos daqueles que vivem com o vírus como corpos abjetos, excluídos, vidas que não merecem ser salvas e muito menos dignas de luto (BUTLER, 2000), uma vez que como afirma Biehl (2009) as mortes por aids e as infecções por hiv continuam crescendo entre os destituídos. No entanto, neste texto, estamos interessados, pois, em reconhecer que contra todas essas necropolíticas que se estabelecem na contemporaneidade, há pessoas que vivem com hiv que continuam buscando reconhecimento social e outras maneiras de resistir, como nos mostra Maria.

Dessa forma, nesse texto percorremos inicialmente os enunciados que tratam da

aids e do hiv como dispositivos biopolíticos e daqueles que tratam do corpo enquanto espaço de resistência e possibilidade de agenciamento, segundo a concepção de um corpo sem órgãos (DELEUZE, 1981, DELEUZE; GUATTARI, 1996), no qual as intensidades prevaleceriam sobre a organicidade. Em seguida, analisaremos com mais vagar dois vídeos de Maria: *Olhos amarelos* e o EP *A carne, a língua, o vírus*, procurando atentar para a relação entre os enunciados acerca do hiv e à estratégia no interior do dispositivo da aids que incide sobre à produção de corpos como os de Maria. É, pois, problematizando a relação entre o corpo que vive com hiv e suas possibilidades de resistência – tendo a performance como um campo de proposição do que seria esse corpo, que não se fixa em uma identidade construída de antemão (HOLLANDA, 2018) –, que construímos esse texto.

1 Os dispositivos biopolíticos da aids, do hiv e o corpo

Nesta seção, abordaremos os conceitos fundamentais do nosso pacto ontológico, sobre o qual produziremos as análises da produção artística de Maria Sil e seus discursos. Entendemos os conceitos trabalhados aqui enquanto dispositivos de governo biopolíticos com estratégias racializantes de manutenção da vida da população e centralidade da saúde na produção da segurança, e, por isso, a rede de discursos sobre a aids e o hiv é lida não apenas sob o viés legal-jurídico, mas de acordo com estratégias polivalentes e ubíquas, como este texto procura destacar. Cabe, pois, descrever o funcionamento dos dispositivos da aids e do hiv, que materializam uma forma específica de governo sobre a vida, assim como as possibilidades de resistência que se materializam na performance do corpo, a partir das intensidades que produz e que confrontam os discursos historicamente formulados acerca do hiv e a da aids.

1.1 Os dispositivos biopolíticos da aids e do hiv

Nesta seção nos ocuparemos de definir os dispositivos⁴ que engendram discursos

⁴ Em “O que é um dispositivo?” Agamben (2009) discute a necessidade de elucidação de um termo técnico decisivo do pensamento de Michel Foucault – o dispositivo. Para Agamben (2009), embora Foucault não tenha elaborado uma definição precisa do termo, ele se aproxima dela em uma entrevista de 1977 quando afirma que por dispositivo pode-se entender um conjunto heterogêneo de práticas e mecanismos (linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares), uma espécie de formação histórica que teve como função responder a urgências e por isso teria função estratégica. O dispositivo estaria, portanto, sempre inscrito em um jogo de poder e ligado aos limites do saber que, ao mesmo tempo, derivam dele e o condicionam.

do hiv e da aids⁵. Entenderemos com Perlongher (1987) e Butturi Junior (2016) a existência de dois dispositivos específicos, nos moldes delineados por Michel Foucault: a) um dispositivo da aids; b) um dispositivo do hiv. Intimamente relacionados, ambos retomam e reescrevem enunciados sobre a doença e os doentes, fazendo notar, porém, a permanência da exceção e da produção de abjeção e sidanização (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009).

Perlongher (1987), em *O que é AIDS*, trouxe à tona a problemática do dispositivo para pensar os discursos sobre a aids e os sujeitos que eram produzidos nos primeiros anos da epidemia. Para o autor, uma doença relacionada com o sexual tocava em um ponto particularmente sensível para a sociedade da época, tão preocupada com a higiene e com o corpo e, por isso, tornava-se necessário atentar para às repercussões sociais e sexuais da aids, já que a emergência da doença colocava em movimento uma gama de articulações que não ficavam restritas ao plano médico: “O dispositivo da AIDS não parece dirigir-se (pelo menos da ótica progressista) tanto à extirpação dos atos homossexuais, mas à redistribuição e controle dos corpos perversos [...]” (PERLONGHER, 1987, p. 76).

Nesse primeiro momento, o dispositivo da aids aparece centrado em enunciados contrários à “licenciosidade” dos perigosos, notadamente das práticas homoeróticas. Daí aparecem, no interior da biomedicina e devidamente midiaticizados, os discursos do “câncer gay” e GRID (Gay-Related Immune Deficiency). Além dos homossexuais, os países africanos passam a ser um locus do perigo biopolítico com a ascensão das narrativas que buscam pelas origens raciais do hiv (CAMARGO JR., 1994).

Pelúcio e Miskolci (2009) também discutem a estrutura do dispositivo da aids e argumentam que o discurso preventivo é parte basilar desse dispositivo. Para os autores:

É neste registro que o dispositivo da aids opera e faz sentido, tendo a prevenção como estratégia de normalização materializada em uma espécie de imposição, em uma teleologia heterossexista que aponta para uma compreensão futura da vida como monogâmica, reprodutiva, familiar, em suma, privada e sob controle. Assim, o discurso da prevenção foi sendo construído ignorando a abjeção como fundante da experiência homoerótica. (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009, p. 142)

⁵ Diante de certos discursos que incidem sobre perspectivas de cronicidade num dispositivo que antes tinha como principal característica discursiva a aproximação com a finitude, nomearemos, neste trabalho, os dispositivos como dispositivo da aids, para se referir ao período que vai de meados da década de 80 ao final da década de 90 do século XX, e dispositivo do hiv, para se referir ao período pós-TARV, que ocorre no final do mesmo século.

Para Butturi Junior (2016), relacionado à estratégia de individualização e disciplinarização de sexualidades dissidentes, o dispositivo da aids no Brasil avançou segundo a ordem de um governo do corpo e da população: controle médico-jurídico e formação pedagógico-disciplinar. Nesse dispositivo, a sexualidade é aproximada do discurso da morte e os corpos são objetos de luta e regularização médica.

É mister destacar que os discursos sobre a aids e sobre o hiv começaram a circular no Brasil em 1981 por meio das primeiras matérias publicadas pela mídia e, apenas no ano seguinte, os primeiros casos de infecção pelo hiv foram relatados no país. Uma vez que uma das composições de Maria Sil toca em especial na questão da mediatização⁶ da doença, optamos por dar ênfase a essa série discursiva para descrever sumariamente a função estratégica e específica do dispositivo da aids, resultante das relações de poder e dos campos de saber.

A maior parte das informações sobre a aids e o hiv no Brasil emergiam das publicações norte-americanas e europeias, mas, de acordo com Daniel e Parker (2018), as publicações nacionais também procuravam histórias locais. A irrupção da aids no discurso midiático brasileiro ilustraria, dessa forma, o funcionamento de complexos mecanismos de produção e de disputa de sentido entre instituições, que, ao mesmo tempo em que retinham a importância dos fenômenos de linguagem na produção de verdades sobre a doença, levavam em conta um problema de natureza política e outro de natureza simbólica.

Essa emergência de uma série de enunciados midiáticos sobre a doença acontece no interior daquilo que Fausto Neto (1999) chama de dispositivo da mídia. Ao tomar a mídia enquanto dispositivo implicado na fabricação da aids que assolaria populações específicas até então, Fausto Neto (1999, p. 16) argumenta que

[...] a AIDS toma uma visibilidade e face próprias à medida que vai sendo publicizada pelas práticas midiáticas. Esse fato aponta para a importância das mídias como um dos dispositivos instituidores do espaço público, na medida em que, pela sua ação ritualística e cotidiana as mídias vão, não só anunciando a noção de realidade, mas convertendo-se, elas mesmas, como lugar pelo qual a realidade não só passa por elas, mas também se faz nelas.

Para Fausto Neto (1999) essa dupla articulação – entre sua natureza política, que

⁶ Neste artigo, fazemos uma descrição sumária acerca da circulação dos discursos da aids da mídia brasileira, uma vez que outros tantos autores (FAUSTO NETO, 1999; PARKER, 1994; GALVÃO, 2000; SOARES, 2001; AMORIN, 2009) já trataram dessa discussão com mais perícia do que esse texto poderia. Privilegiamos ainda os enunciados que têm emergência no Brasil.

caracterizava a aids como uma questão étnico-moral-tecnológica e cultural, e a natureza simbólica, na qual a doença era/é um significante com várias dimensões que resultaram das diferentes construções de sentido realizadas pelas estratégias de instituições como medicina, a política, a igreja – é que engendra a semantização da aids e, por consequência – as significações atribuídas à doença. Daniel e Parker (2018, p. 36) afirmam que o recurso usado para falar da epidemia “[...] ao mesmo tempo real e distante, ao mesmo tempo mortal e sexual, ao mesmo tempo concreta e enigmática – era usar uma linguagem com que se fala de curiosidades de feira, não sem apelo a uma ironia que chegava, frequentemente, à zombaria mais desrespeitosa”.

Ainda, como já apontaram Butturi Junior e Lara (2018), o que esses enunciados trazem em comum, para além do objeto sobre o qual se debruçam, diz respeito ao papel que as estratégias de produção da memória desempenham na constituição dos discursos sobre as doenças e os doentes. Ora, é no interior desse “dispositivo complexo de uma memória” (PÊCHEUX, 1999, p. 51) que também interrogamos o objeto deste texto: a produção do corpo soropositivo e transexual de Maria Sil e suas estratégias de resistência.

Assim, os discursos da aids das décadas de oitenta e noventa do século XX solicitavam um retorno à conjugalidade heterossexual e constituíam formas de subjetividade perigosas a partir grupos de risco. Criado nos Estados Unidos em 1982, mesmo antes da identificação do vírus hiv, o discurso dos grupos de risco reconhecia os 5H: hemofílicos, homossexuais, haitianos, heroinômanos e hookers (CAMARGO JR., 1994). Aos grupos de risco vai se aproximar a produção de uma forma de subjetividade, a saber, a do aidético, sujeito que adquiriu o hiv e cujo corpo oferece perigo que deve ser midiaticizado (SOARES, 2001). Conforme Butturi Junior (2016), esses discursos relacionam a individualização dos sujeitos que vivem com hiv (como aidéticos a se disciplinar) e retomam um problema higienista da população – que deve ser governada diante do risco iminente. Se a sexualidade estava relacionada à morte, era preciso uma intervenção cuidadosa e uma racialização efetiva de toda sorte de sujeito que atentasse contra a manutenção da vida – definida segundo categorias bastante rígidas.

No entanto, a doença que já foi conhecida como o “câncer gay” e causou pânico nos momentos mais críticos da epidemia adquiriu novos contornos e ganhou status de doença crônica. Dessa forma, o segundo momento que trazemos à tona nesta seção é o do dispositivo do hiv, uma vez que entendemos com Deleuze (1990), que uma das consequências de uma filosofia do dispositivo é uma mudança de orientação que se desvie

do Eterno para apreender o novo ou, mais precisamente que todo o dispositivo se define pelo que detém em novidade e criatividade, e que ao mesmo tempo marca a sua capacidade de se transformar, ou de desde logo se fender em proveito de um dispositivo futuro, a menos que se dê um enfraquecimento da força nas linhas mais duras, mais rígidas, ou sólidas. E, na medida em que se livrem das dimensões do saber e do poder, as linhas de subjetivação parecem ser particularmente capazes de traçar caminhos de criação, que não cessam de fracassar, mas que também, na mesma medida, são retomados, modificados, até a ruptura do antigo dispositivo.

É no âmbito deste “dispositivo futuro”, que Deleuze (1990, paginação irregular) afirmará que à novidade de um dispositivo em relação aos que o precedem chamamos atualidade do dispositivo. No entanto, essa atualidade diz respeito não ao que somos, “[...] mas aquilo em que nos vamos tornando, aquilo que somos em devir, quer dizer, o Outro, o nosso devir-outro”. Resta então perscrutar a novidade do dispositivo do hiv em relação ao dispositivo da aids, ou, em outras palavras, averiguar no que consiste esse processo de adjetivação de um dispositivo como crônico.

Butturi Junior e Lara (2018, p. 397) delineiam modificações do dispositivo da aids, que configurariam um dispositivo crônico – ou do hiv, como chamaremos aqui:

De uma doença que solicitava o discurso perverso dos “grupos de risco”, a infecção pelo HIV “democratizou-se” para sujeitos envolvidos em outras práticas (sociais ou sexuais): heterossexuais, mulheres, pessoas da terceira idade etc. Não obstante a permanência de uma memória estigmatizante, o surgimento das Terapias Antirretrovirais, em meados da década de noventa, promove um deslocamento em direção à cronicidade da vida com hiv.

Pontuado de êxitos no que diz respeito às taxas de manutenção da vida das pessoas que vivem com hiv, esse dispositivo funciona ancorado em discursos sobre o “fazer viver”, enquanto os protocolos de saúde pública exigirão a diminuição da transmissibilidade segundo o imperativo da adesão ao tratamento depois da testagem.

Nesse ínterim, o dispositivo do hiv parte de uma redistribuição dos saberes e das formas de subjetividade que tem lugar com o desenvolvimento da TARV – Terapia Antirretroviral. Conjunto de medicamentos capazes de conter a evolução do vírus hiv no corpo dos sujeitos, a TARV surgirá relacionada com a amplificação das estatísticas acerca da heterossexualização da aids, já não mais restrita aos “grupos de risco” – cuja marca é do desaparecimento factual, mas da permanência na memória discursiva da aids.

O aparecimento da TARV adensa o governo biopolítico: de um lado, exigindo o controle da população e a contenção dos riscos; do outro, exigindo das pessoas que vivem

com HIV um cuidado de si irrestrito. Essa cronicidade, não obstante, é a mesma que permite aos sujeitos entabular possibilidades de resistência e de politização das identidades dos grupos e sujeito afetados, recorrendo a políticas identitárias de pressão pública e garantia dos direitos civis.

1.2 o corpo como espaço de resistência⁷

Neste artigo, tomamos o referencial foucaultiano como marco para as análises que seguem. Isso posto, iniciamos esta seção enfatizando que o corpo tem um papel fulcral e complexo na obra de Foucault. McLaren (2016) afirma que reconhecer essa complexidade pode contribuir na compreensão de como o corpo é tanto moldado por práticas disciplinares normalizadoras, quanto resiste a essas práticas.

Em *Vigiar e Punir*, o filósofo francês mostra como em todas as sociedades o corpo é alvo de poderes muito estritos que lhe impõem condicionalismos, obrigações e interdições, as quais criam corpos dóceis a partir de uma microfísica do poder: técnicas sempre minuciosas, ínfimas, “[...] mas que têm importância pois definem um certo modo de investimento político e pormenorizado do corpo” (FOUCAULT, 2002, p. 161), com domínios cada vez maiores, tendendo a cobrir todo o corpo social. Focado nas formas sobre como o poder opera no corpo através das disciplinas, Foucault elenca quatro grandes operações: a distribuição espacial dos indivíduos, o controle da atividade através do tempo, a organização das gêneses, e por fim, a composição das forças, que diz respeito à organização dos indivíduos como parte de um todo maior (MCLAREN, 2016). Para Foucault (2002), esse poder disciplinar fabrica indivíduos, uma vez que é a técnica específica do poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos do seu exercício.

Se em *Vigiar e Punir*, o filósofo detalha as formas como o poder opera no corpo através das disciplinas e das punições, em *História da Sexualidade I*, Foucault centra-se nas formas pelas quais o poder opera pelo discurso. Dirá ele que esse

Trata-se, antes de mais nada, do tipo de poder que exerceu sobre o corpo e o sexo, um poder que, justamente, não tem a forma da lei nem os efeitos da interdição: ao contrário, que procede mediante a redução das sexualidades singulares. Não fixa fronteiras para a sexualidade, provoca suas diversas formas, seguindo-as através de linhas de penetração infinitas. Não a exclui, mas inclui no corpo à guisa de modo de

⁷ Não nos ocuparemos neste texto de traçar uma discussão teórica acerca do corpo transexual ou mesmo do dispositivo transexual. Acerca do tema, Bento (2006) traz uma ampla discussão.

especificação dos indivíduos. (FOUCAULT, 2002, p. 52-53).

Instaurado o dispositivo da sexualidade, Foucault afirma que ele tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global (FOUCAULT, 2002, p. 116).

Embora em uma leitura rápida possa parecer que a esse corpo não seria ofertada a possibilidade de resistir, Foucault alerta que nem todo poder é disciplinar e, em trabalhos posteriores, vai oferecer outra maneira de pensar as práticas corporais não como práticas normalizadoras, mas como práticas de si que, segundo McLaren (2016), poderiam levar à transformação de si e a novas formas não normalizadoras de ser e se relacionar, oferecendo caminhos outros para as resistências. É mister destacar ainda que Foucault, já em *História da Sexualidade I*, aponta para a possibilidade de resistência:

As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, *inflamando certos pontos do corpo*, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento. (FOUCAULT, 2002, p. 104-105, grifos nossos)

Para entender melhor o protagonismo assumido pelo corpo como mecanismo de luta nos dispositivos do hiv e da aids, e como possibilidade de resistência, propomos considerá-lo a partir do conceito de um Corpo sem órgãos, tal como formulado por Deleuze, em *Lógica da sensação* (1981), e por Deleuze e Guattari (1996), em *Mil platôs*, a partir das considerações de Artaud. Em *Lógica da sensação*, o corpo sem órgãos deveria ser visto para além de sua organicidade. Trata-se, para o filósofo, de opor-se “a esta organização dos órgãos que chamamos de organismo” (DELEUZE, 1981, p. 24), com o objetivo de atingir diferentes níveis de intensidade: percorrer uma “onda que traça no corpo os níveis ou os limites segundo as variações de sua amplitude” (DELEUZE, 1981, p. 24).

Deleuze foi um filósofo que teorizou a sensação e que a caracterizou como “uma diferença de nível constitutiva” (DELEUZE, 1981, p. 20), desencadeando numa passagem de uma ordem a outra, revelando uma face voltada ao sujeito enquanto sistema nervoso, e a outra voltada para o objeto ou o acontecimento, em que as dimensões

subjetivas e objetivas estariam presentes. A sensação se revelaria tendo sempre essas duas dimensões necessariamente presentes, uma vez que exprimiria o encontro do sujeito com o objeto ou o acontecimento. Já sobre o conceito de Corpo sem órgãos, o filósofo falará de um corpo intenso e intensivo, que não seria constituído de órgãos, mas de limites ou níveis. Ele diz que a sensação não pode ser qualitativa ou qualificada, mas apenas ter “uma realidade intensiva que não determina mais nela dados representativos.” (DELEUZE, 1981, p. 24). Por fim, conclui que:

A sensação é uma vibração. [...] Toda uma vida não orgânica, pois o organismo não é vida, e a aprisiona. O corpo é inteiramente vivo, e portanto, não orgânico. Assim a sensação, quando atinge o corpo através do organismo, toma um movimento excessivo e espasmódico, rompe os limites da atividade orgânica. Em plena carne ela é diretamente levada pela onda nervosa ou emoção vital. [...] o corpo sem órgãos é carne e nervo; uma onda lhe percorre traçando níveis; a sensação é como o reencontro da onda com Forças que agem sobre o corpo. (DELEUZE, 1981, p. 24)

Logo, o que se conclui é que o conceito de Corpo sem órgãos não nos leva a falar de uma organicidade, mas sim de uma intensidade produzida a partir do próprio corpo. Intensidade esta que estaria relacionada à sensação. Estamos falando de um corpo que não está relacionado a uma função determinada, regida por uma organicidade: o estômago para digerir, os olhos para ver, os ouvidos para escutar. Trata-se, ao contrário, de um corpo pleno, que desarranja a lógica da produção, uma vez que ela acontece no campo maquínico. O corpo sem órgãos é o que faz as máquinas pararem de funcionar, uma vez que essas novas configurações acabam por produzir novas intensidades. Esse corpo pode ser confundido com a morte, se prioriza-se a organicidade como fator fundamental à vida, mas também pode ser visto como um elemento vital para a criação, pois este corpo estaria disponível para uma experimentação das intensidades, de modo a bagunçar as linhas da previsibilidade, desviando o corpo de sua produção mecânica e direcionando-o para uma transcendência.

Em *Mil platôs*, Deleuze e Guattari reafirmarão que o Corpo sem órgãos (CsO) não é contrário aos órgãos, mas sim ao organismo:

[...] ele se opõe ao organismo, à organização orgânica dos órgãos. [...] O organismo já é isto, o juízo de Deus, do qual os médicos se aproveitam e tiram o seu poder. O organismo não é o corpo, o CsO, mas um estrato sobre o CsO, quer dizer um fenômeno de acumulação, de coagulação, de sedimentação que lhe impõe formas, funções, ligações, organizações dominantes e

hierarquizadas, transcendências organizadas para extrair um trabalho útil. (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 19)

Assim, o Corpo sem órgãos é estratificado, oscila entre dois polos distintos: um que corresponderia às superfícies de estratificação sobre as quais ele seria submetido ao juízo; e outro que diria respeito ao plano de consistência no qual ele se abre à experimentação. Os autores consideram três estratos que estão relacionados à nossa subjetividade: o organismo, a significância e a subjetivação. Eles dirão que seremos organizados, que seremos um organismo, que articularemos o nosso corpo, caso contrário seremos depravados; que seremos significantes e significados, intérpretes e interpretados, caso contrário seremos desviantes; que seremos sujeitos, fixados, “sujeito de enunciação rebatido sobre um sujeito de enunciado – senão você será apenas um vagabundo” (DELEUZE; GUATTARI, 1986, p. 20).

Por fim, os autores comentam que desfazer um organismo não é o mesmo que matar-se, trata-se, ao contrário, de “abrir o corpo a conexões que supõem todo um agenciamento, circuitos, conjunções, superposições e limiares, passagens e distribuições de intensidade, territórios e desterritorializações medidas à maneira de um agrimensor” (DELEUZE; GUATTARI, 1986, p. 21). Quanto ao sujeito, “como fazer para nos descolar dos pontos de subjetivação que nos pregam numa realidade dominante?” (DELEUZE; GUATTARI, 1986, p. 21). Os autores falam das pequenas provisões de significância e de interpretação, dizem ser necessário conservá-las, pois haverá um momento, quando as circunstâncias exigirem, ou quando as pessoas nos obrigarem, que precisaremos delas. Dizem que é necessário pequenas rações de subjetividade, “conservar suficientemente para responder à realidade dominante. Não se atinge o CsO e seu plano de consistência desestratificando grosseiramente.” (DELEUZE; GUATTARI, 1986, p. 21). Para os autores, o problema não estaria na permanência da estratificação: permanecer organizado, significado, sujeito. Mas “precipitar os estratos numa queda suicida” (DELEUZE; GUATTARI, 1986, p. 22). Eles dizem que seria necessário:

[...] instalar-se sobre um estrato, experimentar as oportunidades que ele nos oferece, buscar um lugar favorável, eventuais movimentos de desterritorialização, linhas de fugas possíveis, vivenciá-las, assegurar aqui e ali conjugações de fluxos, experimentar segmento por segmento dos contínuos de intensidades. (DELEUZE; GUATTARI, 1986, p. 22)

Como exemplo desse corpo organizado e estratificado que comentam os autores, trazemos para as análises o conceito de tecnobiodiscursivo, tal como comenta Butturi

Junior (2019), que, ao considerar as estratégias de manutenção da vida crônica com o hiv, sugere um modelo para pensar a biopolítica segundo o pós-humano, em que o portador do hiv seria constituído a partir do caráter ciborgue que sustenta a vida do usuário dos ARVs e que haveria um caráter tecnobiodiscursivo da aids, ou seja, a doença e os discursos se produziram “no limite entre a vida, a linguagem e a política” (BUTTURI JUNIOR, 2019, p. 640).

Para o autor, as biopolíticas contemporâneas poderiam ser lidas a partir da exacerbação da linguagem e das tecnologias, o que o leva a considerar os impactos desse regime tecnobiodiscursivo para a produção de discursos sobre os sujeitos, que encontram-se sob intervenção de técnicas biotecnológicas como a TARV, que age no corpo do indivíduo mas, ao mesmo tempo, regula e controla o corpo social. Deste modo, junto com Butturi Junior (2019), argumentamos que condição de viver cronicamente com o hiv só se efetiva com a adesão à tecnologia dos ARVs, o que permite a construção de categorias racializantes que podem surgir a partir da adesão ou não dos medicamentos.

2 Análise discursiva de vídeos e entrevistas com a cantora maria sil: as novas possibilidades de produção subjetiva do corpo vivendo com hiv

No vídeo intitulado Maria Sil – De *Olhos amarelos* ao *Manifesto húmus*, disponível no YouTube, a cantora se apresenta enquanto artista que vive com o hiv. Ela comenta sobre sua música *Olhos amarelos* como o momento em que resolveu declarar publicamente sobre a sua sorologia. Neste artigo, analisaremos não só o videoclipe de *Olhos amarelos*, mas também seu mais recente EP, o videoclipe *A carne, a língua, o vírus*. Além disso, realizamos uma entrevista com Maria Sil em 25 de janeiro de 2020, que também será abordada para fins de análise. Analisaremos os enunciados selecionados com base na teoria exposta até o momento.

2.1 Olhos amarelos: ora organismo, ora subversão

Iniciamos essa seção com dois recortes. O primeiro é parte do Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para manejo da infecção pelo hiv em adultos. O segundo se trata da bula de um dos medicamentos utilizados no esquema preferencial de tratamento de entrada para adultos que vivam com hiv:

No Brasil, para os casos em início de tratamento, o esquema inicial preferencial deve ser a associação de dois ITRN/ITRNt – lamivudina (3TC) e tenofovir (TDF) –

associados ao inibidor de integrase (INI) – dolutegravir (DTG). (BRASIL, 2018, p. 93)

Alguns indivíduos sob tratamento com medicamentos à base de tenofovir desenvolveram problemas hepáticos graves, chamados hepatotoxicidade, com aumento do fígado (hepatomegalia) e gordura no fígado (esteatose hepática). Entre em contato imediatamente com seu médico se apresentar os seguintes sinais ou sintomas de problemas hepáticos: • **Sua pele ou o branco dos seus olhos fica amarelo (icterícia)**. • Sua urina fica escura. • Suas fezes ficam claras. • Perda de apetite por vários dias ou mais. • Sente o estômago embrulhado (náusea). • Sente dores abdominais. (FUMARATO DE TENOFOVIR DESOPROXILA, 2014, p. 7)

Como se percebe, o segundo enunciado materializa os efeitos do tratamento no corpo daqueles que usam a medicação indicada pelo Protocolo, inscrevendo nos olhos e na pele – principalmente – uma cor característica. Se antes era a lipodistrofia que tornava os corpos vivendo com hiv reconhecíveis, agora é o amarelo de suas carnes que poderia denunciar aqueles que vivem em modalidades de vida de exceção, embora com a possibilidade de uma vida nos moldes crônicos, a partir de seu engajamento em práticas de acesse biomédica. Sobre o mecanismo de medicalização dos corpos com hiv, Herbet Daniel (1990, p. 31) já escrevia na década de 1990 que “[...] sob o discurso extremamente piedoso do ‘mal menor’ ou ‘necessário’”, esse mecanismo tem “[...] como objetivo central captar o doente dentro de uma rede de poderes que instituiu uma verdadeira ditadura da terapêutica”.

Maria Sil também tem seus amarelos, mas é a partir dessa marca (da precariedade do corpo, diríamos) que emerge a decisão de escrever uma letra de música que toma esse corpo e seus olhos na tentativa de romper com os estereótipos corporais daqueles infectados pelo hiv e, numa aproximação com Preciado (2018), com o panóptico ingerível⁸. Em uma entrevista à agência de notícias de aids, a cantora afirma: “[...] *Olhos Amarelos* é um canto de afirmação e liberdade. Em que armário te colocaram? O clipe é um convite pra sair dele e ter posse sobre o seu próprio corpo. Este corpo é meu, é com ele que eu to [sic] passando!”.

É, pois, a partir da escrita de si que Maria coloca em suspensão e confronta os discursos sobre o corpo com hiv e os discursos que tratam da homossexualidade. Numa espécie de discurso parrhesiástico, Maria trata dessa verdade biotecnológica de outra forma: ela já havia saído de um armário e recusa-se a entrar em um segundo, àquele destinado às pessoas que vivem com hiv pelo preconceito que ainda enfrentam,

⁸ O autor (2018) faz referência à pílula anticoncepcional enquanto panóptico ingerível, que funcionaria seguindo a lógica da servidão maquínica, em nome da emancipação sexual do corpo controlado.

silenciando a condição. Uma forma de sujeito que se pretende transgressora de preconceitos ecoa na canção, transcrita a seguir:

Dos meus olhos amarelos eu que sei
 não há vergonha em tudo isso que sou
 agora sonhos dessa estrada eu vou pisar
 toda história que calaram
 Nesse velho armário novo eu não vou entrar
 Parcelado em dias de aflição
 Não me perguntaram se eu queria ir
 Só me apontaram a direção
 Do segredo
 Da vergonha
 E do medo de ser assim
 Do segredo
 Da vergonha
 E do medo de ser assim
 Positivo
 Dos meus sonhos reescritos eu que sei
 Trago na boca
 Cada canção que mudou
 Em luta mostro os dentes
 Minha alma eu vou lavar
 Com a força do meu canto
 Nesse velho armário novo eu não vou entrar
 Parcelado em dias de aflição
 Não me perguntaram se eu queria ir
 Só me apontaram a direção
 Do segredo
 Da vergonha
 E do medo de ser assim
 Do segredo
 Da vergonha
 E do medo de ser assim
 E do medo de ser
 Medo de ser
 Medo
 De ser assim
 Positivo (SIL, 2017)

O tropo metonímico utilizado por Maria, que toma os olhos como reveladores da verdade, busca uma nova forma de entender o vírus, a síndrome, e o seu próprio corpo, no delicado trabalho de criação de um si-mesmo que embora ainda opere sobre uma espécie de violência e de dor – registrado pelas enunciações das palavras segredo, medo, vergonha, aflição – trabalha em uma constante agonística, registrada alguns versos como: “Em luta mostro os dentes / Minha alma eu vou lavar / Com a força do meu canto”.

Com *Olhos amarelos*, Maria Sil parece dar coro aos questionamentos de Butler (2000), quando enfatiza a importância de se pensar sobre como e para que fins alguns corpos são construídos enquanto outros fracassam na tarefa de materializar-se. É desse domínio do excluído, abjeto, que perpassa os olhos de Maria, que a música comporta a

força de ruptura que a cantora deseja numa tentativa de subversão de alguns dos nós do dispositivo biopolítico do hiv, notadamente aquele que se refere ao controle dos corpos e da sexualidade que chegam junto com as estratégias medicamentosas e tornam os sujeitos que vivem com hiv em parceiras biomédicas em um empreendimento normalizado de sobrevivência (SQUIRE, 2013). Nas palavras de Sil:

Olhos Amarelos fala sobre a vivência com o HIV, o repensar da vida, sobre a estrutura social que nos ignora e mata. Fala da vivência de uma bicha afeminada que aprendeu a se amar assim. Fala sobre o amor mais profundo e ignorado por nós que é o amor por si, pelo seu corpo, cicatrizes, escolhas... É sobre seguir em frente com tudo aquilo que nos forma [...]. (SIL, 2019a)

As lutas cotidianas de Maria Sil, transformadas em músicas e clipes tornam-se um espaço de inflexão e resistência sobre as memórias que, obsedantes, permanecem criando racialização e anormalidade. As práticas de Maria – que perpassam os domínios corporais, artísticos e performativos – são tomadas nesse texto enquanto práticas de si, que poderiam a levar a formas não normalizadas de ser, que fornecem caminhos para a resistência com reivindicações de outros discursos. É a criação de um corpo que resiste, embora moldado por inúmeros regimes distintos, que Sil nos apresenta em *Olhos Amarelos*.

3.2 Subjetivação e subversão em *a carne, a língua, o vírus*

Já em *A carne, a língua, o vírus* a cantora Maria Sil elabora sua experiência como artista que vive com hiv por meio de um EP, que traz alguns dos discursos recorrentes para designar o hiv e a aids numa sociedade ainda marcada pelo preconceito e pelo medo imposto por biopolíticas que objetivam fazer viver e não deixar morrer. No entanto, é fundamental que se reconheça que, dentro dessa perspectiva, ao se eleger os mecanismos necessários à manutenção da vida e da saúde, elege-se também quais são os fatores de risco e quais sujeitos os representam, permitindo a formação de categorias subjetivas consideradas matáveis. (FOUCAULT, 2005).

No EP, após apontar alguns acontecimentos decorrentes daquilo que a cantora classifica na letra como necropolítica⁹, Maria Sil entoa repetidamente “positivas vivas,

⁹ Nos referimos ao fim do *Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/ Aids e das Hepatites Virais*, que passou a se chamar *Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis*, o que aponta para uma invisibilidade acerca da aids que o atual governo brasileiro faz questão de destacar, além de outros fatores que não estão na letra, mas que são relevantes de serem tratados aqui, como a recente declaração do presidente da república, que disse que os soropositivos são “uma despesa para todos no Brasil” (COLETTA, 2020).

positivas vivas” (SIL, 2019). Como uma espécie de grito de resistência, a mensagem transmitida por Maria Sil está relacionada com o ato de se dizer viva, quando a própria sociedade espera de si o contrário.

Em outra cena, a artista transgênero canta os seguintes versos: “O caminho se faça / senão, abro com faca / meu corpo / faca, forma e fala que não cala/ Sou dinamite explosão / num corpo vivendo solidão” (SIL, 2019). Enquanto entoava os enunciados acima, ela se depila com uma gilete, nua, sentada sobre uma cadeira, numa performance que destaca sua corporeidade trans e que assinala seu lugar de fala: uma cantora soropositiva que decidiu falar sobre a aids a partir de um campo específico, o campo da arte.

Podemos pensar nas performances artísticas como meios pelos quais os sujeitos se agenciam estrategicamente, no sentido de que podem apontar para formas de ativismo, militância, enfrentamento e resistência nos dispositivos por meio do fazer artístico. Recorremos aqui ao texto de Duda Kuhnert (2018), que ao falar sobre o corpo, parafraseia a performer Eleonora Fabião para dizer que a performance deve ser vista “como uma tomada de consciência ativa que cria uma situação política” (KUHNERT, 2018, p. 83) e ainda ressalta que é a partir da quarta onda feminista que as artistas definitivamente deslocaram a “reflexão sobre identidade, gênero, diferença e desigualdade para uma nova plataforma: o corpo, agora visto como um espaço possível para a construção de novos sentidos” (KUHNERT, 2018, p. 103).

É a partir desse corpo que se performatiza estrategicamente como espaço político, de luta e resistência, que vemos o trabalho de Maria Sil ser inserido. Reivindicando o direito de voz e a necessidade de transformar o acontecimento da aids em discurso, ela cria, por meio tanto dos enunciados veiculados pela letra de *A carne, a língua, o vírus* como pelas imagens que constrói em seu trabalho audiovisual, o direito à fala. Podemos observar no videoclipe que ainda há uma memória que insiste no falar sobre a aids como uma prática próxima das necropolíticas. Cabe então pensarmos na possibilidade do corpo ser lido como mecanismo de força e resistência diante das opressões sofridas por determinados sujeitos no funcionamento dos dispositivos do hiv e da aids.

No EP, o corpo soropositivo ganha destaque, podendo ser lido ora como corpo matável – em que se percebe a retomada de enunciados sobre a aids enquanto sentença de morte e como possível de gestão necropolítica –, ora como espaço de resistência – em que se vislumbra a possibilidade de enfrentamento desses mesmos enunciados, permitindo novos discursos de resistência e novas possibilidades de produção subjetiva.

Nas cenas iniciais do EP, enquanto Maria Sil lê uma série de títulos de notícias e manchetes sobre a aids, vemos a artista lambendo uma cama de hospital, mantendo seu olhar fixo para a câmera. Percebe-se um confronto da artista trans com os discursos midiáticos formulados que aproximam o sujeito soropositivo de uma categoria subjetiva abjeta. Tal confronto pode ser lido como uma tentativa de resistir aos discursos normalizantes que definiram esses corpos historicamente. Essa resistência é marcada pelo uso não orgânico da língua, no qual não se fala e não se degusta, mas se performatiza com o objetivo de produzir diferentes experimentações sensitivas. Ela canta os seguintes versos: “Sou dinamite explosão / um corpo vivendo solidão” (SIL, 2019), já denunciando a solidão afetiva das mulheres trans e soropositivas, discurso esse que posteriormente também aparece na entrevista que nos concedeu. A música é acompanhada de cenas em que a artista se despe de um vestido feito de jornais com notícias sobre o hiv e a aids e que está sujo de sangue. Enquanto são intercaladas cenas em que se depila e se limpa com imagens em que ela desfila com um longo vestido pelas ruas noturnas da cidade de Santos, vemos a artista encenar um processo de transformação que a leva para dentro de um caixão, de onde se interpreta a metaforização da doença enquanto morte.

Num dos áudios¹⁰ que a artista nos enviou, após fazermos algumas perguntas mais específicas sobre o videoclipe, especificamente sobre a questão do uso estratégico/perfomático de determinados órgãos quando questionamos o que ela pensava enquanto artista ao performar a cena em que aparecia lambendo uma cama de hospital – já influenciados teoricamente pela questão deleuzeana de um Corpo sem órgãos, e pela possibilidade das múltiplas funcionalidades para além da organicidade moduladora de nossos corpos limpos e saudáveis, o que nos coloca no campo do desejo e da vontade. Sil disse que era muito evidente de que a chance de uma narrativa para uma pessoa vivendo com hiv hoje passava por uma higienização, o que teria desencadeado, segundo a artista, numa aceitação muito maior de seu trabalho anterior, *Olhos amarelos*, e que teria levado *A carne, a língua, o vírus* a ser menos bem-recebido pelo movimento de hiv/aids em decorrência dessa necessidade de assexualidade, uma assexualidade travesti, segundo ela, onde é imposto ao corpo vivendo com hiv, principalmente ao corpo travesti, uma higienização. De acordo com a cantora, “tem que ser muito limpo. [...] um corpo travesti

¹⁰ Chamamos atenção para os arquivos contemporâneos, como áudios e conversas de aplicativo, ou chamadas em tempo real, que acabaram por aproximar o entrevistador e o entrevistado, possibilitando anexos que complementam e refinam os tópicos discutidos na pesquisa.

com aids sexual... ele é incomodo. Ele incomoda.” (SIL, 2020).

Fazemos um adendo para pensar junto com Butturi Junior (2019) a necessidade de um corpo medicado, indetectável, intransmissível, para a conformidade do ser vivente com hiv ao dispositivo em que se encontra capturado. Apontamos ainda para o uso estratégico e intencional dos movimentos do corpo por parte de Maria Sil, numa encenação que remete à memória dos corpos transexuais que fazem sexo, que são provocativos, que desejam e que performam, num ato de transgressão às normas impostas pelos mecanismos necessários ao bom funcionamento da organicidade do corpo. O relato de Maria Sil acerca da hipótese de que seu *A carne, a língua, o vírus* não obteve tanta aceitação por mostrar uma travesti que performava o sexo – opondo-se à ideia de uma higienização e de uma assexualidade que seriam esperadas dos corpos soropositivos – também encontra em Weeks (2000) uma explicação pertinente, quando afirma que a aids rompeu com o ideário dos corpos saudáveis e harmoniosos, para apresentá-la como efeito da perversidade sexual.

Como o EP aponta para uma série de discursos históricos acerca do hiv e da aids, ressaltamos ainda a possibilidade de diálogo com os discursos da mídia, da década de 1980 aos dias atuais, mas que, assim como os outros elementos do clipe, aparecem aqui como ferramentas de subversão dos discursos dominantes, como os enunciados sensacionalistas que se ocuparam do hiv e da aids pela mídia tradicional, como apontou Birman (1994), quando estabeleceu o jogo metafórico entre a doença e o mal ao longo da história do ocidente, mostrando como ela foi reproduzida discursivamente como a personificação do terror no espaço público, nas políticas de saúde e nos meios de comunicação.

Já no refrão “Eu sou epidemia de amor / negado pelo teu silêncio / Eu sou ódio plantado na ausência do Estado / que plantaram em mim” (SIL, 2019) vemos a materialização dos discursos que aproximam a aids de subjetividades abjetas quando o sujeito poético formula um enunciado em que diz ser o ódio plantado na ausência do Estado. Diante da categoria subjetiva que ocupa no dispositivo, resta-lhe a experimentação desse corpo, historicamente marcado por discursos de preconceito, estigma, com uma insistência que o coloca numa categoria de corpo matável, mas que pode subverter o próprio sistema e resistir por meio da gestão de intensidades produzidas corporalmente, onde Maria Sil ora desfila com um ar de glamour pelas ruas noturnas da cidade, ora aparece dentro de um caixão, aproximando o seu corpo trans e soropositivo

dos discursos de morte que o Estado lhe impõe. As diferentes experimentações que a artista realiza a partir de seu próprio corpo, produzindo diferentes níveis de intensidade, podem ser lidas a partir da ideia de um Corpo sem órgãos, que se revolta com a imposição de uma organicidade para dar lugar à sensação, o que pode ser entendido como um mecanismo de resistência usado dentro do próprio dispositivo para subverter as insistências que aproximam o corpo com hiv à morte.

3.3 Entrevista com Maria Sil

Em janeiro de 2020, realizamos uma entrevista com a artista, em que conversamos sobre seu trabalho e sobre suas produções que propunham falar sobre o hiv e a aids por meio de uma linguagem artística. Inicialmente, quando lhe perguntamos sobre qual seria o potencial da arte para tratar esse tema, tendo em vista a necessidade de novas visibilidades e de outros discursos que não estivessem atrelados ao campo biomédico, Maria Sil apontou duas grandes potências dos novos discursos produzidos no interior dos dispositivos do hiv e da aids, relativas à retomada dos discursos de morte relacionados ao hiv, mas também à produção de novos enunciados sobre vida, trabalho, afeto e novas possibilidades de existência a partir da vivência com o vírus, e ainda os novos protagonismos das pessoas que falam sobre hiv, apontando o deslocamento que leva à “arte das pessoas pretas, [...] das pessoas trans e travestis, as vivências positivas periféricas, saindo do umbigo do homem branco e gay.” (SIL, 2020).

Posteriormente, Maria Sil falou sobre censura institucional e sobre a diminuição do financiamento público para a cultura no Brasil. Ela comenta o fato de que já havia determinadas séries discursivas atuando no sentido de marginalizar as produções artísticas de pessoas trans, citando, por exemplo, que nesse período que antecedeu as eleições presidenciais, uma artista teve que se apresentar com colete a prova de balas. Tal censura, de acordo com Sil (2020), seria difícil de ser comprovada, afinal, “Como afirmar que contratantes passam a se esquivar das artes que envolvam as questões trans ou de HIV/Aids?”. Diante disso, pode-se dizer que as condições de produção e de aparecimento dos enunciados que compõem a arte de Maria Sil levam a pensarmos nos discursos produzidos pela artista a partir da ideia de resistência, justamente por esses enunciados despontarem num período tão marcado pela normalização das subjetividades e pela insistência de diversas formas de violência, por parte até mesmo dos órgãos oficiais, contra pessoas trans, que vivem com hiv ou não.

Em seguida, Maria Sil aponta para uma questão pertinente quando se pensa na relação entre arte e os discursos sobre hiv e aids ao longo da história dos dispositivos. Trata-se do silenciamento e do apagamento de produções que versavam sobre o vírus. É interessante pensarmos no porquê de não haver em nossa memória discursiva registros de artistas que se propuseram a fazer um trabalho sobre o tema da aids, e do porquê tais produções terem ficado restritas, no Brasil, à imagem de Cazuza, que apesar de ser declaradamente homossexual, pertencia a uma classe que se distanciava de outras categorias subjetivas, distante das periferias. Aqui, mais uma vez, ganha destaque a mediatização da aids no Brasil, que criou uma associação entre determinados sujeitos e à doença muitas vezes para reforçar os discursos que eram regulares nas décadas de 80 e 90 do século XX, como aqueles que aproximavam a aids dos homossexuais, ou como a invisibilização das mulheres e da população negra no tocante ao hiv.

Maria Sil ainda destaca a solidão afetiva como um ponto latente para ela no que se refere ao viver com o hiv hoje e relata que a decisão de criar um trabalho artístico sobre o hiv e a aids surgiu a partir de um curso de ativismo para juventudes vivendo com hiv, promovido pela Rede de Jovens São Paulo positivo, realizado em 2016. Por fim, ao ser questionada se as iniciativas governamentais contemplariam, ou não, suas necessidades de viver com o vírus, ela responde que não, alegando que faltam dados oficiais sobre pessoas trans e travestis vivendo com hiv e que morreram em decorrência da aids, além de faltar, segundo ela, espaços e grupos de acolhimento.

Os discursos veiculados pela artista apontam para os diferentes modos pelos quais a subjetividade soropositiva é, hoje, constituída discursivamente. Há alguns enunciados no discurso veiculado por Sil, na entrevista, que dizem respeito menos a sua posição enquanto artista, e mais como pessoa que vive com hiv, o que nos permite pensar a sua subjetividade constituída tecnobiodiscursivamente, enquanto usuária da TARV. Nestes enunciados, é possível perceber as lacunas de um sistema que oferece opções de tratamento e prevenção, mas que ainda falha em diversificá-lo a ponto de oferecer um acolhimento que permita a esses sujeitos novas experiências para além de fazer exames, pegar remédios e passar em consultas. Há a necessidade de pensar esses corpos para além da carne e do sangue. É necessário considerar o sujeito por aquilo que ele é: indivíduo constituído não apenas de discurso biológico, mas de afeto, de sentimento, de emoções. Além disso, permitir territórios que acolham a diversidade de ideias, crenças e opiniões sobre a vivência com o hiv são importantes para que esses sujeitos se pensem enquanto

indivíduos marcados por um regime tecnobiodiscursivo (BUTTURI JUNIOR, 2019), o que permitirá a produção de novos espaços para a criação de estratégias necessárias para a subversão dos dispositivos do hiv e da aids.

4 Considerações finais

É necessário pensar a história da aids como uma trajetória de luta, em que o ativismo desempenhou um papel fundamental. Neste sentido, pensar no corpo com hiv, que é marcado por tantos enunciados, é lidar com uma história. Os enunciados que encontramos na bula do remédio, na fala do médico, nas campanhas de prevenção contribuem para essa rede que açambarca a subjetividade soropositiva, mas a esse sujeito é também permitido fazer com o próprio corpo aquilo que lhe parece conveniente. Não estamos falando apenas da forma como os seres vivos são interceptados pela linguagem, mas também de como reagem a ela, traçando novas rotas e linhas de fuga possíveis aos modelos que nos impõem os dispositivos do hiv e da aids.

Nessas diferentes formas de agenciar-se com o regime discursivo, o sujeito se defronta com a possibilidade de subjetivar-se de múltiplas formas, como percebemos nos videoclipes analisados, onde Maria Sil ora ressignifica a organicidade dos seus olhos amarelos para se autodeclarar soropositiva, e onde ora cria uma performance em que seu corpo trans aparece como espaço de resistência, subvertendo um dispositivo que criou uma regularidade discursiva acerca de seu corpo como matável. Se em alguns momentos de seu *A carne, a língua, o vírus*, ela desfila com um vestido feitos de jornais com notícias sobre a aids da década de 90 sujos de sangue, e, num outro momento, aparece glamorosa com um vestido pelas ruas de Santos; se ora ela se deita dentro de um caixão, permitindo o reaparecimento dos discursos de aids, morte e necropolítica, mas, ao mesmo tempo, se aparece lambendo uma cama de hospital e subvertendo toda a memória acerca desse espaço na história da aids, é porque ela, enquanto corpo marcado pela história da aids, pela linguagem dos ARVs, e por todo esse regime tecnobiodiscursivo, é hoje, capaz de externar por meio da arte sua vivência nos dispositivos do hiv e da aids de acordo com aquilo que lhe parece estrategicamente viável.

A partir de um corpo intenso, que recorre a diferentes estratégias para romper com a organicidade que exige a normalização de sua carne, ela experencia, e cria por meio de sua arte, sensação. Transforma a experiência com o vírus em projeto discursivo e artístico, rompe com as imposições de uma subjetividade costurada pelos fios que tecem os

dispositivos, mostrando não apenas a possibilidade de conformidade ao sistema, mas de subversão do mesmo, de modo a possibilitar novos deslocamentos, rompimento de hierarquias, uso estratégico do corpo. Não do corpo inerte e mudo, mas do corpo falante, intenso e sensível.

Referências

AGAMBEN, G. *O amigo*. O que é um dispositivo. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

AMORIM, G.R. *Outsiders do bairro Trindade: ‘Pacto da morte’ ou ‘Gangue da Aids’?* Para além da construção de um episódio (Florianópolis 1987), 175 f. Dissertação (Mestrado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PHST0369-D.pdf>. Acesso em: 8 set. 2019.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BIEHL, J.; COUTINHO, D.; OUTEIRO, A. L. Technology and affect: HIV/AIDS testing in Brazil. *Culture, Medicine and Psychiatry*, v. 25, n. 1, p. 187-129, 2000. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1005690919237>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BIEHL, J. *Will to live: AIDS therapies and the politics of survival*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

BIRMAN, J. Sexualidade: entre o mal e as maledicências. In: LOYOLA, M.A. (Org.). *Aids e sexualidade: o ponto de vista das ciências humanas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, UERJ, 1994, p. 109-115.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica. 2000. Paginação irregular

BUTTURI JUNIOR, A. As formas de subjetividade e o dispositivo da aids no Brasil contemporâneo: disciplinas, biopolítica e fármakon. In: AQUINO, I. C. et al. (Org.). *Língua, literatura, cultura e identidade: entrelaçando conceitos*. Passo Fundo: UPF, 2016. p. 59-78.

BUTTURI JUNIOR, A.; LARA, C. A. As narrativas de si e a produção da memória na campanha O cartaz HIV Positivo. *Linguagem em (dis)curso* (on-line), Tubarão, v. 18, p. 393-411, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1518-

76322018000200393&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 9 maio 2019.

BUTTURI JUNIOR, A. O hiv, o ciborgue e o tecnobiodiscursivo. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 58, p. 637-657, 2019.

CAMARGO JR., Kenneth R. de. Aids e a Aids das ciências. *Hist. cienc. Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 35-60, out. 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701994000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 de out. 2019.

COLETTA, Ricardo Della. Pessoa com HIV “é uma despesa para todos no Brasil”, diz Bolsonaro. *Folha de São Paulo*, 5 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/pessoa-com-hiv-e-uma-despesa-para-todos-no-brasil-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2020.

DANIEL, H. O primeiro AZT a gente nunca esquece. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 set. 1990.

DANIEL, H.; PARKER, R. *Aids, a terceira epidemia: ensaios e tentativas*. Rio de Janeiro: ABIA, 2018.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. V. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto et al. São Paulo: Ed. 34, 1996.

DELEUZE, G. *Francis Bacon: lógica da sensação*. Tradução de Silvio Ferraz e Annita Costa Malufe. Paris: Aux Éditions de la différencee, 1981.

DELEUZE, G. ¿Que es un dispositivo?. In: DELEUZE, G. *Michel Foucault*, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161.

FAUSTO NETO, A. *Comunicação e mídia impressa: estudo sobre a AIDS*. São Paulo: Hacker, 1999.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermentia Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 25. ed. Petropolis: Vozes, 2002.

FUMARATO DE TENOFOVIR DESOPROXILA. Responsável técnico Mauro Ferreira Witzel. Taboão da Serra, SP: Blanver Farmoquímica Ltda. Atualizada conforme Bula Padrão aprovada pela ANVISA 11/09/2014. Disponível em: <https://blanver.com.br/wp-content/uploads/2015/11/Tenofovir-Bula-Paciente-16dez152.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020

GALVÃO, J. *AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000.

HOLLANDA, H. B. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. 2. ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KUHNERT, D. Nas artes. In: HOLLANDA, H. B. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 75-104.

MCLAREN, M. A. *Foucault, feminismo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2016.

PARKER, R. *A construção da solidariedade: AIDS, sexualidade e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Damara: ABIA, 1994.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.). *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PELÚCIO, L.; MISKOLCI, R. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Revista Latinoamericana, n. 1, p. 125-157, 2009.

PERLONGHER, N. *O que é AIDS*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRECIADO, P. B. *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RAGO, L.M. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

SIL, M. De Olhos Amarelos ao Manifesto Húmus. 2019a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1qFio10X6Lg&t=49s>. Acesso em 30 agosto 2020.

SIL, M. A carne, a língua, o vírus. 2019b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7VwhwzY2UOE>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SIL, M. Olhos amarelos. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6R3-7iWYIQc>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SIL, M. Entrevista concedida a Arthur Nunes e Camila Lara. Florianópolis, SC, Brasil, 25 jan. 2020. Acervo do Grupo de Estudos no Campo Discursivo. Transcrita por Arthur Nunes.

SOARES, R. de L. *Imagens veladas: aids, imprensa e linguagem*. São Paulo: Annablume, 2001.

SQUIRE, C. *Living with HIV and ARVs: Three-letter lives*. Springer: Palgrave Macmillan UK, 2013.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica. 2000. Paginação irregular.